

INSTITUTO PRO BONO

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

INSTITUTO PRO BONO

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Notas explicativas

Demonstrações de resultado

Demonstrações de resultado por segmento

Demonstrações de mutações do patrimônio líquido

Demonstrações do fluxo de caixa

Notas explicativas da administração sobre as demonstrações contábeis

INSTITUTO PRO BONO**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES****Demonstrações contábeis****Em 31 de dezembro de 2016 e 2015****Constituição e Administração do Instituto Pro Bono**
Bairro: ...**Objeto do relatório sobre as demonstrações contábeis**

Demonstramos as demonstrações contábeis do Instituto Pro Bono ("Instituto"), sob responsabilidade da administração, em 31 de dezembro de 2016 e as demonstrações contábeis do Instituto Pro Bono em 31 de dezembro de 2015 para o exercício financeiro de 2015, de acordo com as normas contábeis brasileiras aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Conteúdo

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas contábeis brasileiras aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, de acordo com o Regulamento do Conselho Federal de Contabilidade, em 31 de dezembro de 2016. A administração do Instituto Pro Bono é responsável por assegurar que as demonstrações contábeis apresentem uma visão verdadeira e equívoca da situação financeira do Instituto em 31 de dezembro de 2016 e do desempenho do Instituto durante o período de 2015.

Objeto do relatório sobre as demonstrações contábeis**Responsabilidade da administração**

Conforme mencionado anteriormente, a administração do Instituto Pro Bono é responsável por assegurar que as demonstrações contábeis apresentem uma visão verdadeira e equívoca da situação financeira do Instituto em 31 de dezembro de 2016 e do desempenho do Instituto durante o período de 2015.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas contábeis brasileiras aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, de acordo com o Regulamento do Conselho Federal de Contabilidade, em 31 de dezembro de 2016.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**Balancos patrimoniais****Demonstrações do resultado****Demonstrações do resultado abrangente****Demonstrações das mutações do patrimônio líquido****Demonstrações dos fluxos de caixa****Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Conselheiros e Administradores do
Instituto Pro Bono
São Paulo - SP

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Pro Bono ('Instituto'), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Pro Bono em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

Contingências não reconhecidas

Existem pagamentos decorrentes de contratos de prestação de serviços que podem vir a gerar passivos contingentes fiscais e trabalhistas, para os quais não foram reconhecidas provisões, bem como não foi possível apurarmos os montantes dessas contingências que deveriam estar registradas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.






Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de abril de 2017.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1


Waldemar Namura Junior
Contador CRC-1SP154938/O-0

INSTITUTO PRO BONO

Demonstrações do resultado Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em Reais, exceto a quantidade de quotas)

Demonstrações do resultado administrativo Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 EXCETO A QUANTIDADE DE QUOTAS	Nota explicativa	2016	2015
Doações Nacionais	7	408.973	500.105
Doações do exterior	7	546.865	109.900
Gratuidades	10	2.027	-
		<u>957.865</u>	<u>610.005</u>
(+/-) Receitas/(Despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	8	(899.936)	(519.920)
Tributárias		(18.014)	(8.906)
		<u>(917.950)</u>	<u>(528.826)</u>
Superávit do exercício antes do resultado financeiro		<u>39.915</u>	<u>81.179</u>
Resultado financeiro	9	62.554	20.024
Superávit do exercício		<u>102.469</u>	<u>101.203</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO PRO BONO

Demonstrações do resultado abrangente
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais, exceto a quantidade de quotas)

	2016	2015
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	102.469	101.203
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	102.469	101.203

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO PRO BONO

Demonstrações das demonstrações do resultado abrangente
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

	2016	2015
Superávit do exercício	102.469	101.203
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	102.469	101.203

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO PRO BONO

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em Reais)

	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	152.668	53.132	205.800
Transferência para patrimônio social Superávit do exercício	53.132	(53.132)	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	205.800	101.203	307.003
Transferência para patrimônio social Superávit do exercício	101.203	(101.203)	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	307.003	102.469	409.472

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO PRO BONO

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em Reais)

	2016	2015
Superávit do exercício	102.469	101.203
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação e amortização	8.319	4.200
Superávit do exercício ajustado	110.788	105.403
Aumento/(Diminuição) de ativos e passivos		
Outras contas a receber	2.792	(605)
Obrigações Tributárias	(3.092)	-
Adiantamentos	38.212	(82.366)
Fluxo de caixa gerado das atividades operacionais	148.700	22.432
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(23.833)	(15.369)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(23.833)	(15.369)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	124.867	7.063
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	289.483	282.420
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	414.350	289.483
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	124.867	7.063

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as normas contábeis aplicáveis no Brasil, aplicáveis para as instituições sem fins lucrativos (ITC 2002), aprovadas pela Resolução CFC nº 1.809/12 e Decreto Federal nº 7.331, de 09 de julho de 2010 (Lei nº 11.638/07).

No âmbito da sua administração, o Instituto Pro Bono mantém uma política de transparência e prestação de contas, visando a prestação de serviços de qualidade e eficiência. Portanto, as demonstrações contábeis incluem várias informações sobre as atividades operacionais e administrativas das várias partes do grupo, incluindo a sua responsabilidade nas operações, prestação de serviços, investimentos para o seu valor atual e para o futuro do grupo e para o futuro. Assim, as Notas de Explicativas da prestação de serviços de apoio jurídico, entre outros, são elaboradas de acordo com a determinação das normas contábeis aplicáveis, sendo que as demonstrações contábeis, incluindo informações e dados contábeis, são partes integrantes da prestação de serviços de apoio jurídico e não devem ser lidas isoladamente.

A veracidade das demonstrações contábeis foi atestada pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2017.

1. O instituto e suas atividades

O Instituto Pro Bono tem como missão contribuir para a promoção do direito de acesso à justiça de populações vulneráveis e organizações da sociedade civil, por meio do estímulo à advocacia voluntária e ao intercâmbio de conhecimentos jurídicos.

O Instituto fomenta a promoção do direito de acesso à justiça por meio de sua clearinghouse, que funciona como interface na prestação gratuita de serviços jurídicos para entidades sem fins lucrativos do terceiro setor que não possuem recursos financeiros para custear as despesas previstas quando da contratação de um advogado, além de projetos de intervenção direta e incidência, por exemplo, plantões jurídicos, processos formativos e publicações.

São realizados inúmeros plantões jurídicos na periferia, atendendo indivíduos em questões de família, previdenciário, penal, consumidor e direito civil. Realizamos um Seminário Internacional entre 28/30 de Setembro, com a presença de mais de 200 participantes. Dentre eles, palestrantes de 11 países da América do Sul, México e EUA. Realizamos viagens pela América Latina, conhecemos iniciativas pro bono no Chile, Venezuela, Argentina, Colômbia, Peru, Venezuela e México.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis para as entidades sem fins lucrativos (ITG 2002), aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/12 e Decreto Federal nº 7.237, de 20 de julho de 2010 e Lei nº 11.638/07.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Portanto as demonstrações contábeis incluem várias estimativas; entre elas, aquelas referentes à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, avaliações de ativos financeiros pelo seu valor justos e pelo método de ajuste a valor presente, análise de risco na determinação da provisão para créditos de difícil liquidação, assim como análise dos demais riscos na determinação das demais provisões necessárias para passivos contingentes, provisões tributárias e outras similares. Por serem estimativas é possível que os resultados reais possam apresentar variações.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria do Instituto em 31 de março de 2017.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes:

a) Moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da entidade. Todas as informações apresentadas em Real foram suprimidos os centavos, exceto quando indicado de outra forma.

b) Ativos financeiros e passivos financeiros

O Instituto possui instrumentos financeiros não-derivativos como caixa e equivalentes de caixa, outros recebíveis e contas a pagar.

O instituto não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros para fins de reduzir seu grau de exposição a riscos de mercado, de moeda e taxas de juros. Não foram desenvolvidas transações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de especulação.

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC - PME, o instituto efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros:

Caixa e equivalentes de caixa: são classificadas como mantidas até seu vencimento. São avaliadas pelo custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável.

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo através de lucros e perdas quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo através de lucros e perdas quando adquiridos.

O instituto em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não possuía saldos de ativos financeiros mantidos para negociação ou designado ao valor justo através de lucros e perdas.

Os ativos financeiros, exceto aqueles alocados a valor justo através de lucros e perdas, são avaliados por indicadores de *impairment* na data do balanço. São considerados deteriorados quando há evidência que, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os fluxos de caixa futuros estimados do investimento foram impactados.

c) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras, até o limite de seu valor de mercado.

d) Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo, incluindo, conforme aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, ou de realização.

e) Imobilizado

Avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas igualmente corrigidas e são depreciadas de acordo com as taxas mencionadas na nota explicativa 5.

É realizada, quando aplicável, análise para verificar o grau de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível (teste de "impairment"), com base no Pronunciamento Técnico CPC nº 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Deliberação CVM nº 527, de 1 de novembro de 2007. Com base nos testes realizados, não há ativos registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

f) Passivo circulante

Os passivos circulantes estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratual ou legalmente.

g) Apuração do resultado

O superávit (déficit) é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios.

h) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros ativos de aplicações financeiras. Receitas com juros são reconhecidas no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras compreendem basicamente as tarifas bancárias.

i) Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários são avaliados e, quando necessário e relevante, são ajustados a seu valor presente, o qual considera os fluxos de caixa e taxa de juros explícitas ou implícitas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

j) Imposto de renda e contribuição social

O Instituto goza de isenção de tributação pelo imposto de renda e contribuição social sobre o superávit por se tratar de uma entidade sem fins lucrativos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Bancos conta movimento	26.502	71.942
Aplicações financeiras	387.848	217.541
	<u>414.350</u>	<u>289.483</u>

A aplicação financeira é em Certificado de Depósito Bancário (CDB).

5. Imobilizado

	Taxa anual depreciação %	2016			2015
		Custos	Depreciação	Residual	Residual
Móveis	10	10.616	(2.225)	8.391	32
Máquinas e equipamentos comerciais	10	2.500	(708)	1.792	2.042
Equipamento e processamento de dados	20	39.846	(22.133)	17.713	11.757
Aparelhos eletrônicos	20	2.378	(951)	1.427	1.902
Software	20	5.610	(1.564)	4.046	2.122
		<u>60.950</u>	<u>(27.581)</u>	<u>33.369</u>	<u>17.855</u>

Movimentação do exercício de 2016:

	2015		2016	
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Móveis	1.293	9.323	-	10.616
Máquinas e equipamentos comerciais	2.500	-	-	2.500
Equipamento e processamento de dados	28.332	11.514	-	39.846
Aparelhos eletrônicos	2.378	-	-	2.378
Software	2.614	2.996	-	5.610
	<u>37.117</u>	<u>23.833</u>	<u>-</u>	<u>60.950</u>
Depreciação acumulada:	(19.262)	(8.319)	-	(27.581)
Valor líquido	<u>17.855</u>	<u>15.514</u>	<u>-</u>	<u>33.369</u>